



A GESTÃO SUSTENTÁVEL DE ATRACÇÕES TURÍSTICAS EM ESPAÇOS CULTURAIS: O CASO DO PARQUE ARQUEOLÓGICO DE FÔZ CÔA EM PORTUGAL

António J. Fernandes
(Universidade de Aveiro)
Elisabeth T. Pereira
(Universidade de Aveiro)

Resumo

Este trabalho apresenta a revisão da literatura de património cultural, sobretudo de sítios ao ar livre. Vamos abordar dois temas de grande actualidade para a região de Foz Côa: o dilema entre desenvolvimento e preservação de património e o sistema de gestão de visitas ou acesso público às gravuras rupestres.

A conclusão é que o património parece assumir para os visitantes dois significados principais. Por um lado, a reconstituição histórica de modos de vida passados sob um cenário de monumentalidade; por outro lado, ainda que com percentagem mais baixa, o património funciona como o repositório das tradições de um povo, que é preciso aprender a reconhecer e a preservar como um elemento da identidade nacional. O conceito de capacidade de sustentação tem vindo a ser aplicado à gestão de visitantes. No fundo, trata-se de estimar o número máximo de visitantes admitidos durante um certo período de tempo num dado sítio de valor patrimonial.

Será importante distinguir entre capacidade de sustentação mínima, máxima e óptima. A capacidade mínima significa que o sítio necessita de um número mínimo de visitantes para que possa permanecer em funcionamento. Contrariamente, haverá um limite, um número máximo de visitantes que o sítio poderá receber cumprindo regras básicas de segurança e higiene. Para tanto, a capacidade óptima estará situada dentro destes dois limites, estabelecida por um processo que envolve alguma forma de avaliação, por vezes de carácter subjectivo. A capacidade óptima parece ser o compromisso que prevenirá que a presença de grandes multidões ameace a notabilidade do sítio, mantendo também uma qualidade de experiência de visita satisfatória.

Vários especialistas em arte rupestre e na sua gestão acreditam que o sistema implementado no Vale do Côa concilia com sucesso os dois

objectivos fundamentais de preservação e acesso público.

Palavras-chaves: cultura, desenvolvimento, património e gestão.

INTRODUÇÃO

O Vale do Côa é património mundial da humanidade (world heritage site) desde Dezembro de 1998, devido aos sítios de arte rupestre pré-histórica. O património classificado pela UNESCO corresponde aos sítios de gravuras rupestres, incluindo uma área circundante chamada de tampão. A zona classificada corresponde aos limites do PAVC (Parque Arqueológico do Vale do Côa), aos últimos 17 quilómetros do rio Côa, numa área total de leito e de margens de 200 quilómetros quadrados (Carvalho, 96; Chippindale, 99).

A elevação do Vale do Côa a património mundial fora um objectivo desde o momento da discussão do futuro da barragem da EDP (Electricidade de Portugal). Afastado o empreendimento e inaugurado o PAVC, em Agosto de 1996, o passo seguinte foi classificar o vale como património nacional, o que aconteceu em 1997. Desde a sua inauguração o PAVC tem vindo a pôr em prática o modelo de crescimento gradual de visitantes. Só um reduzido número de pessoas pode visitar diariamente os diversos núcleos de gravuras existentes, actualmente cerca de 20 a 25 mil pessoas por ano; projectos de equipamentos turísticos estão a ser planeados e executados, para aumentar substancialmente o número de visitantes à região de Foz Côa e que visam a interpretação e valorização do património, sem descurar a sua protecção. Um equipamento turístico de vulto é um parque temático, projecto de impacte significativo de vocação estratégica, segundo o POE (Programa Operacional de Economia).

Este trabalho apresenta a revisão da literatura de património cultural, sobretudo de sítios ao ar livre. Vamos abordar dois temas de grande actualidade para a região de Foz Côa: o dilema entre desenvolvimento e preservação de património e o sistema de gestão de visitas ou acesso público às gravuras rupestres. Antes, porém, apresentamos o significado de património em sentido lato, tal como é visto pelos jovens, pelo público consumidor e pela UNESCO.

1. O SIGNIFICADO DE PATRIMÓNIO

Esta região de Foz Côa foi duplamente reconhecida como Património Mundial da Humanidade na categoria cultural em 1998 pelas gravuras rupestres pré-históricas, e, posteriormente, em 2001 pelo Alto Douro vinhateiro.

Em busca do significado de património vamos apresentar os resultados de dois trabalhos sobre património. O primeiro sobre atitudes culturais e representações sociais de jovens portugueses num estudo europeu; no segundo prosseguimos com a opinião de visitantes do PAVC - Parque Arqueológico do Vale do Côa.

1.1. CONSUMO DE PATRIMÓNIO

Um inquérito foi efectuado pela empresa comercial (Euroexpansão) no verão de 1998 a uma amostra representativa dos visitantes do Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC), com o erro de amostragem de 5,1% para um grau de confiança de 95%. A amostra é de 366 entrevistas (Lima, 2001). Com o inquérito pretendia-se obter o perfil sociológico do público

visitante. Pais confirmou posteriormente o perfil sociológico do visitante do PAVC (Pais, 2002a e 2002b). A partir do perfil, pretendia avançar-se para a reflexão em torno do crescente interesse cultural e social pela preservação e valorização do património histórico. Se as sociedades modernas desenvolveram um novo culto pelo passado, consagrando como monumento cada vez mais categorias de edifícios, objectos ou vestígios do passado, que formas reveste esse culto na sociedade portuguesa, a que valores e significados se encontra associado, que tipo de actores sociais o protagoniza? Do total dos visitantes inquiridos cerca de metade são homens. Mais de metade dos inquiridos são indivíduos com idades compreendidas entre os 31 e os 50 anos. Os restantes têm idades entre os 18 e os 30 anos (37,7% do total dos inquiridos), ou mais de 51 anos (11,2% do total dos inquiridos) .

Os visitantes são escolarizados (figura 1.1). Destacam-se com 44,8% do total os detentores de um diploma de licenciatura (19,4% em ciências exactas, naturais e médicas e 19,1% de ciências sociais e humanas).

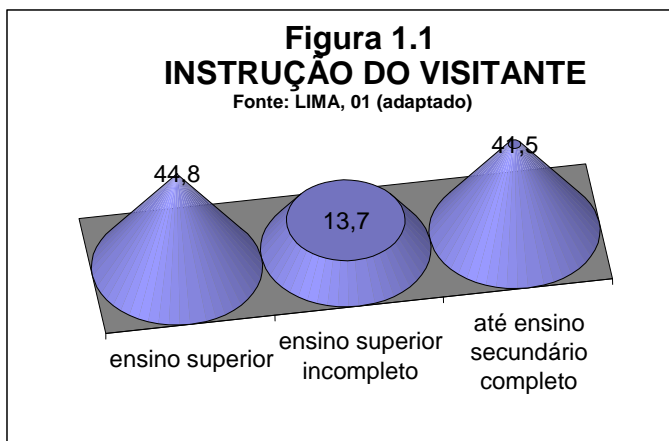


Figura 1.1 – Instrução do Visitante

Os inquiridos encontram-se maioritariamente a exercer uma profissão, 80% do total. Por sua vez, os estudantes são cerca de 14% do total e as restantes categorias (domésticas, reformados e desempregados) são meramente residuais com 6% do total. Numa arrumação em classes sociais, cerca de 59% dos inquiridos posiciona-se na fracção de classe da pequena burguesia técnica e de enquadramento. A pequena burguesia de execução e a burguesia dirigente e profissional registam ambas 11% do total (figura 1.2).

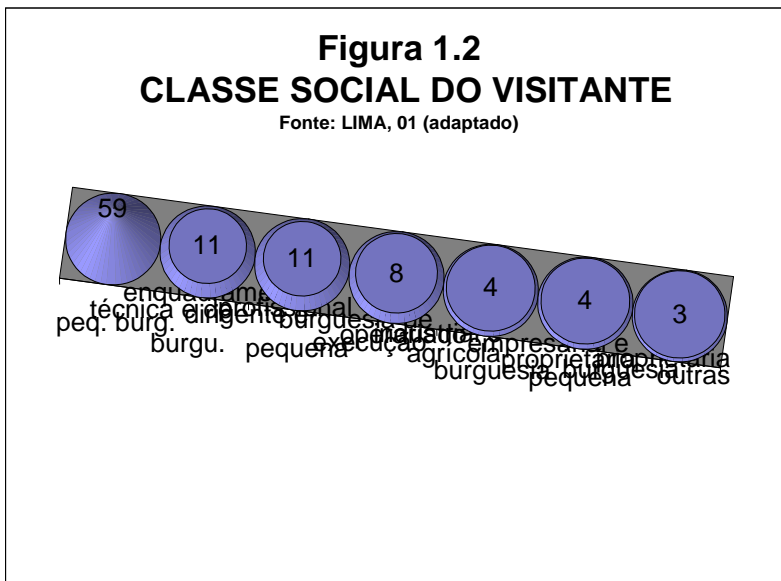


Figura 1.2 – Classe social do visitante

Para 42,5% dos inquiridos a principal motivação para observar património reside no hábito de visitar lugares históricos, sítios e monumentos (figura 1.3).

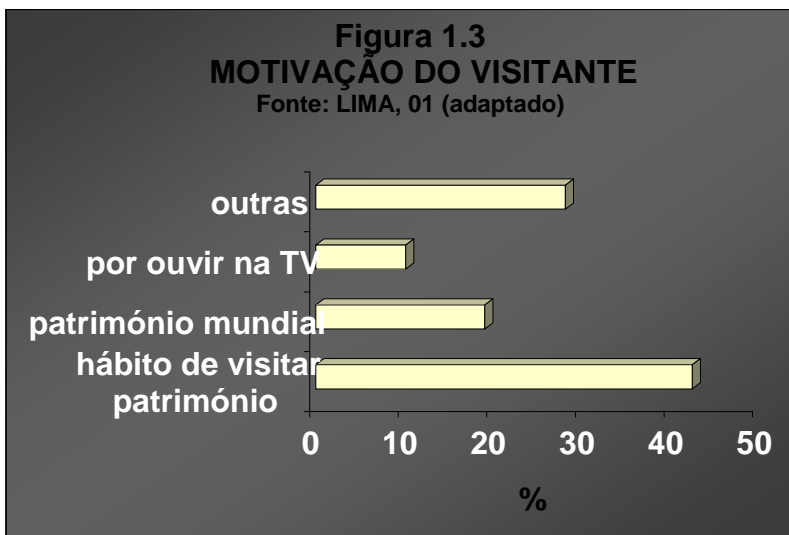


Figura 1.3. – Motivação do visitante

O carácter único e a fama das gravuras, que levaram à designação de património mundial da humanidade, constituem a razão principal da visita para 19,1% dos inquiridos.

Para compreender a adesão de certos grupos sociais a consumos de património foi

pedido aos visitantes para se pronunciarem sobre o significado dos bens patrimoniais apresentados. Também aqui os resultados são sugestivos. A figura 1.4 mostra que para cerca de 43% do total de inquiridos a visita de património significa “uma forma de compreender o comportamento das pessoas no passado, reconstruindo os quadros de vida e pensamento do período que viveram”.

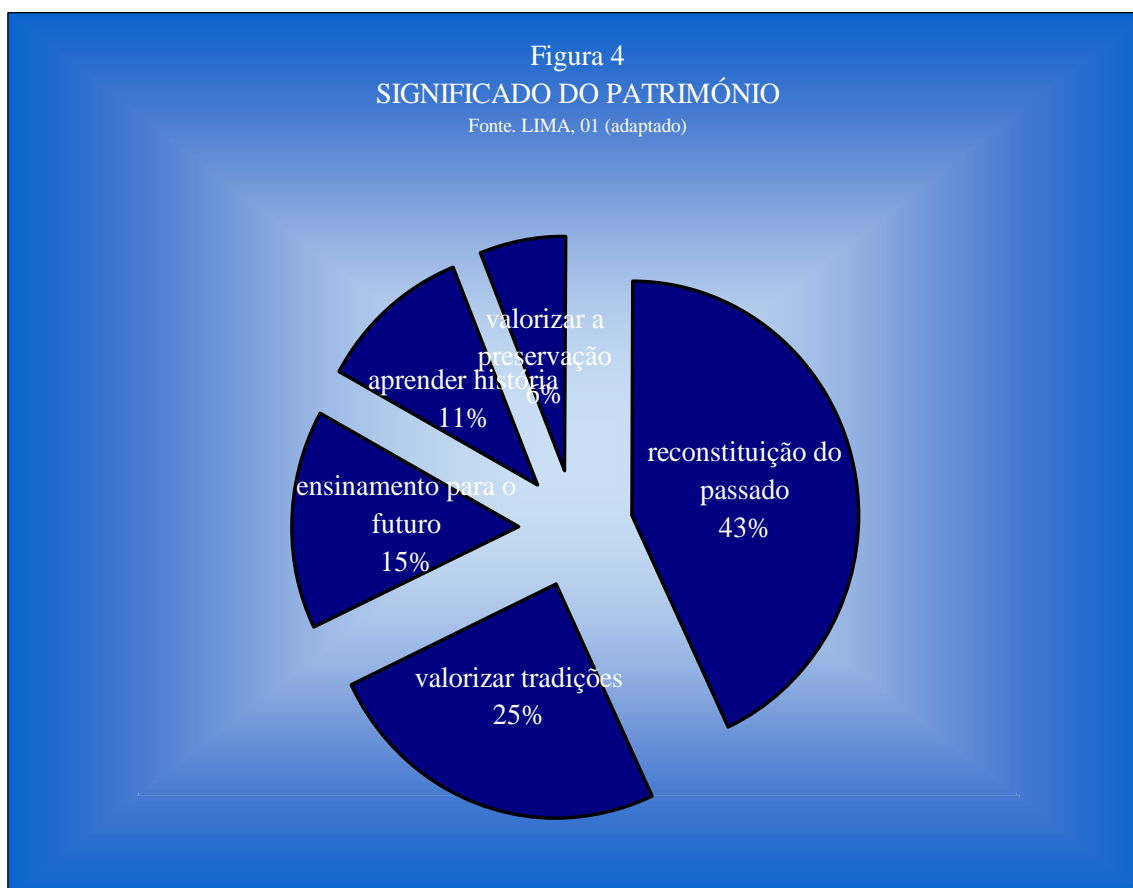


Figura 1.3 – Significado do património

2. VALORES CULTURAIS E ÁREAS PROTEGIDAS

Na altura em que o inquérito de 1998 para obtenção do perfil de visitante decorria, ainda estava bem presente na memória o largo debate público sobre a preservação das gravuras rupestres paleolíticas com 20 mil anos em Foz Côa (Gonçalves, 2001). Foz Côa foi, desde 1994, espaço do exercício de novas cidadanias. O que estava em jogo era a controvérsia gerada à volta do seu valor histórico-arqueológico e do destino dos seus achados, propiciando uma boa ilustração do significado que os bens patrimoniais vêm adquirindo actualmente no

serviço público das sociedades modernas.

O património parece assumir para estes visitantes dois significados principais preponderantes. Por um lado, a reconstituição histórica de modos de vida passados sob um cenário de monumentalidade; por outro lado, ainda que com percentagem mais baixa, o património funciona como o repositório das tradições de um povo, que é preciso aprender a reconhecer e a preservar como um elemento da identidade nacional.

Os movimentos de cidadania actuais privilegiam a preservação do património em áreas protegidas. As áreas protegidas não são bens económicos tradicionais, porque não existem mercados que nos dêem a conhecer directamente a disposição dos indivíduos para pagarem o seu consumo e, conseqüentemente, poder-se medir os benefícios económicos que se podem gerar com esta actividade.

As áreas protegidas são consideradas bens públicos porque afectam muitas famílias e o interesse é colectivo (Mendes, 1996). As variações da sua oferta, por exemplo a sua destruição, afectam as famílias que a costumam visitar e todos aqueles que gostariam de a visitar no futuro.

Sendo um bem público, e não sendo um bem económico tradicional, vamos começar por definir qual o tipo de bem em presença. Uma área protegida, também designada por área classificada, é uma área territorial com limites definidos por lei. Dentro do perímetro definido pelos limites, as actividades económicas, educativas, recreativas estão sujeitas a restrições de influência humana podendo esta inclusive ser proibida. As limitações são justificadas pelos objectivos de conservação para a prossecução dos quais a área protegida é criada. Conservar é um conceito genérico que inclui as práticas de preservação, utilização sustentada, restauração e alargamento dos espaços naturais. Preservar é uma prática continuada de gestão do ambiente cujo objectivo é garantir que um ecossistema mantenha, no futuro, o mesmo estado que tem no presente, o que passa naturalmente pela restrição da influência humana. As áreas protegidas são criadas para conservar áreas de interesse monumental, arqueológico, arquitectónico ou antropológico, com extensão local, regional, nacional ou internacional.

O actual sistema de nomenclatura e de classificação da IUCN (International Union for Conservation of Nature) data de 1982. Contempla as áreas protegidas como um dos principais instrumentos das políticas de conservação. Resumidamente apresenta 11 categorias de áreas protegidas. Destas, 8 são definidas com base nos interesses nacionais e 3 são definidas com

base em interesses internacionais. O sistema é apresentado em 2 grupos operacionais: 1. critérios de conservação de interesse nacional (categorias de I a VIII); 2. categorias internacionais de áreas protegidas e classificadas através de programas internacionais (categorias IX a XI).

No que diz respeito à região de Foz Côa, incluída pela categoria X (Património Mundial da Humanidade - Categoria Cultural), estão contempladas duas áreas, designadamente as gravuras rupestres do Vale do Côa (1998) e o Alto Douro vinhateiro (2001).

Duma forma geral, a categoria de conservação de bens de património mundial foi proposta pela UNESCO em 1975 durante os trabalhos da Comissão para o Património Mundial (CPM). O objectivo é proteger áreas que tenham um valor universal excepcional. As zonas devem ser designadas pela nação responsável à Comissão para o Património Mundial, que avaliará da justeza da proposta de selecção, em termos do conteúdo da qualidade dos elementos de património mundial. Os lugares devem apresentar uma ou mais das seguintes características:

- Constituírem exemplos representativos das etapas fundamentais da evolução da terra;
- Constituírem exemplos representativos dos processos de evolução geológica e biológica e da interacção homem/ natureza;
- Conterem fenómenos, aspectos, formações naturais ou áreas de excepcional beleza considerados como únicos, raros ou superlativos;
- Conterem habitats onde sobrevivem populações vegetais e/ou animais consideradas raras.

Na área protegida os critérios de administração e gestão são variados. Os locais devem estar na posse ou da administração (central, regional ou local) ou de associações não lucrativas. Todos os locais devem ser estritamente protegidos por lei, permanecendo claro quais os objectivos de gestão a atingir. Na tabela 2.1 mostramos o resumo dos objectivos tipificados para a categoria de Património Mundial. Observando o quadro de objectivos de gestão, concluímos que aqueles mais directamente relacionados com as actividades económicas são os objectivos E (recreação e serviços turísticos) e J (uso racional de terras

marginais e desenvolvimento rural). Por outro lado, o objectivo D (educação e investigação) está relacionado com ciência e tecnologia.

Tabela 2.1 - Quadro da hierarquia dos objectivos de gestão da área protegida de bens de património mundial

OBJECTIVOS DE GESTÃO		PATRIMÓNIO MUNDIAL
A	Proteger locais e objectos de elevado interesse arqueológico, histórico e cultural	Principal
B	Manter os ecossistemas no seu estado natural	Principal
C	Manter a diversidade biológica e a regularização ambiental	Principal
D	Proporcionar educação e investigação	Principal
E	Proporcionar recreação e turismo	Principal
F	Conservar recursos genéticos	Principal
G	Proteger paisagens e espaços verdes	Principal
H	Controlar a erosão e sedimentação	Grande importância
I	Proteger os recursos hídricos	Importante se os meios e recursos o permitirem
J	Incentivar ao uso racional de terras marginais e promover o desenvolvimento rural	Importante se os meios e recursos o permitirem

3. DILEMA ENTRE DESENVOLVIMENTO E PRESERVAÇÃO

No contexto da gestão do património cultural os sítios de arte rupestre exigem abordagens específicas. Estes locais são sítios com pinturas ou gravuras, ou ambas, situados em sítios ao ar livre, ou em grutas, ou em outros abrigos. Os mecanismos erosivos que afectam o estado de conservação podem divergir grandemente de sítio para sítio. No entanto, existe um factor constante que é a pressão causada pela presença de visitantes. Naturalmente, a pressão aumentará na proporção directa com o número de visitantes.

Alguns autores recomendam que certos sítios permaneçam secretos, ou simplesmente fechados ao público (Jacobs e Gale, 1994; Conway, 1979). Noutro sentido, algumas organizações, responsáveis pela gestão de sítios de arte rupestre, mantêm alguns locais secretos, sacrificando outros, mas dotando-os das condições para serem apresentados ao público (Sullivan, 1995). Em sentido oposto, outros autores acreditam na abordagem mais pedagógica que nada deve ser ocultado do público e das comunidades locais (Lim, 1999).

Na gestão dos Sítios de Arte Rupestre ao Ar Livre (SARAL) o dilema de interesses entre desenvolvimento económico e preservação estará sempre presente. Dragovich sintetiza este dilema quando questiona se os visitantes serão “uma praga de gafanhotos ou uma bênção dos céus?” (Dragovich, 1986). Alguns autores fornecem uma lista de algumas das ocorrências que esta pressão ocasiona: vandalismo, desgaste das superfícies de arte rupestre devido ao toque ou à acção de caçadores de recordações, acumulação de poeiras ou rápidas mudanças no microclima local (Jacobs e Gale, 1994). Se Lascaux, um dos locais de arte rupestre mais espectacular e importante, necessitou já em 1960 de ser fechado ao público, e apenas cerca de 20 anos após a sua descoberta, sendo construída uma réplica, outras grutas continuaram abertas e sujeitas a forte pressão até ter sido decidido recentemente diminuir o número diário de visitantes (é esse o caso, por exemplo, das grutas de Pech Merle ou de Cougnac (Dragovich, 1986).

Por outro lado, de todo o mundo provêm relatos de inúmeras ocorrências de actos de vandalismo perpetrados por visitantes mais entusiasmados ou mal intencionados, nomeadamente em França (Brunet et al., 1993; Dangas et al., 1993), nos EUA (Griswold, 1999; Dandridge e Kane, 1999) ou na Austrália (Thorn, 1991).

O debate acerca do melhor método de gestão da preservação dos sítios de arte rupestre tornou-se global e encontramos em todo mundo abordagens diferentes a esta matéria. Lambert (1989), por exemplo, elaborou um manual muito útil para uma gestão informada dos SARAL.

Nos EUA, Bricker Sr. et al. (1999) descrevem a visão particular que os Nativos Americanos têm da conservação e gestão da “sua” arte rupestre efectuada pelo “homem branco”. No caso da Bolívia (Strecker e Taboada, 1999), Escandinávia (Hygen, 1996), Argélia (Hachid, 1987), África do Sul (Loubser, 1995), Tanzânia (Kessey, 1995) ou da Índia (Tyagi, 1991), as estratégias mais utilizadas assumem formas diferentes mas têm um objectivo similar: a preservação do património de arte rupestre. Estas estratégias podem ser indirectas, tal como iniciativas legislativas de protecção e de ordenamento do território ou a camuflagem de sítios, ou directas como a instituição de restrições de acesso ou de limitações à divulgação de informação acerca dos sítios, o fecho sazonal, a utilização de “livros de visitantes”, a fixação de uma entrada paga, a colocação de cartazes de índole interpretativa ou de outros materiais impressos, visitas guiadas, criação de parques de estacionamento, construção de centros de recepção, erecção de barreiras de protecção, de vedações ou a instalação de passadiços (Lambert, 1989; Jacobs e Gale, 1994; Dragovich, 1995). O investimento em estruturas e acções de apoio pedagógico é, por outro lado, uma boa oportunidade para ilustrar a importância e valor dos sítios de arte rupestre. Ainda outra estratégia possível de implementar é a diversificação, numa dada região, dos destinos de turismo cultural, quer pela criação de réplicas (como é o caso de Lascaux II) ou pela criação de outras estruturas que possam acolher a elevada procura de cariz sazonal (Stanley-Price, 2000).

Na Europa - ao contrário do que acontece em países como a Austrália ou os EUA onde estratégias mais orientadas para a criação e a satisfação de um mercado de turismo cultural e “natural” procura já há algum tempo “rentabilizar” a vários níveis a atracção que estes locais e recursos exercem sobre o grande público - não existem muitos SARAL que beneficiem duma gestão estratégica e coordenada, sendo que todos sofrem, de diferentes formas, os efeitos resultantes da pressão causada pelos visitantes. Em Espanha, o sítio de Siega Verde (Behrmann et al., 1995) encontrou-se até há bem pouco tempo praticamente desprotegido e sujeito aos efeitos adversos consequentes da presença de visitantes, especialmente os decorrentes de actos de vandalismo.

Na região italiana de Val Camonica, zona onde a maior concentração de arte rupestre pós-glacial do Mundo se encontra, a gestão deste património é um pouco inadequado, uma vez que a maior parte dos sítios são propriedade privada e não se encontram sob vigilância e oferecem acesso ilimitado. O facto de existirem várias associações, cada uma responsável

pela gestão de parte dos sítios de arte rupestre, dificulta os esforços de uma autoridade administrativa coordenadora da gestão destes locais para manter a pressão das visitas num nível baixo, sobretudo quando nos períodos de grande afluência de visitantes 50 a 60 autocarros de turismo visitam diariamente Val Camonica (Stanley-Price, 2000).

3. SISTEMA DE GESTÃO DE VISITAS

Estimar o número máximo de visitantes admitidos durante um certo período de tempo num dado sítio de valor patrimonial é uma questão fulcral na criação duma estratégia de acesso público. Tradicionalmente usado na Agronomia para determinar “o número de animais de uma dada espécie que poderia ser mantido por um determinado habitat”, o conceito de capacidade de sustentação tem vindo a ser também aplicado à gestão turística (Tivy, 1972; Shelby e Herberlein, 1986).

Na gestão de sítios de arte rupestre, Ovington (Ovington et al., 1974) examinaram as dificuldades dos anos 70 ligadas ao aumento da pressão dos visitantes num dos monumentos mais significativos da Austrália. Detectaram degradação ambiental, grandes ajuntamentos de visitantes, poeira, odores e acumulação de lixo. Burton recorreu ao conceito aplicando-o a Cannock Chase, Inglaterra, tentando calcular a capacidade de sustentação da recreação deste parque natural. A conclusão mais relevante de Burton foi a de que os locais de recreação têm também uma capacidade de sustentação perceptível, um limite para além do qual os visitantes começam a sentir que um dado sítio se encontra demasiado cheio. Este processo perceptivo está mais ligado às características psicológicas humanas do que às características físicas do local (Burton, 1974).

Alguns autores tentaram estabelecer a capacidade óptima de sustentação de locais recreativos ao ar livre (Fisher e Krutilla, 1972) ou de atracções turísticas (Saleem, 1994). Sem grandes resultados, estes autores, chegaram à conclusão que são necessárias muitas e diferentes variáveis para cada caso.

Contudo, será importante distinguir entre capacidade mínima, máxima e óptima. A capacidade mínima significa que o sítio necessita de um número mínimo de visitantes para que possa permanecer em funcionamento. Contrariamente, haverá um limite, um número máximo de visitantes que o sítio poderá receber de forma a cumprir regras básicas de segurança e higiene. Para tanto, a capacidade óptima estará situada dentro destes dois limites, estabelecida por um processo que envolve algumas formas de avaliação, algumas de carácter

subjectivo. A capacidade óptima parece ser o compromisso óptimo que prevenirá que a presença de grandes multidões ameace a notabilidade do sítio, mantendo também uma qualidade de experiência de visita satisfatória (Shelby e Herberlein, 1986).

A tendência hoje em dia, especialmente nos sítios de arte rupestre, é a de tentar estabilizar, ou limitar fortemente, o número de visitantes (Stanley-Price, 2000).

Nos últimos anos, a maior parte dos autores que lidam com estes assuntos têm preferido, devido às dificuldades de cálculo de sustentação, estabelecer um limite de visitantes baixo baseado na sua própria experiência e nas características do sítio, monitorizando os impactos desse tecto, ajustando-o quando conveniente. De certa forma, foi este o método utilizado para determinar o limite de visitantes nos sítios abertos ao público no Vale do Côa (Fernandes, 2003). Podemos classificar o sistema implementado como sendo de acesso restrito, não só porque foram estabelecidos limites rigorosos no número de visitantes admitidos, mas também porque o público tem acesso apenas a três núcleos visitáveis. Durante a visita é proibido fumar, tocar nas gravuras, colher vegetação, transportar animais de estimação e, por motivos de segurança, transportar nos jipes crianças com menos de três anos de idade (Zilhão, 1998, 2001).

Vários especialistas em arte rupestre e na sua gestão acreditam que o sistema implementado no Vale do Côa concilia com sucesso os dois objectivos fundamentais de preservação e acesso público. Por exemplo, Stanley-Price declarou que o PAVC é extremamente impressionante, nomeadamente no seu planeamento, funcionamento e na rapidez com que a proposta de criação do parque foi executada. O sistema de reserva e de visita guiada funciona aparentemente bem e foram tomadas medidas que asseguram uma boa experiência de visita (Stanley-Price, 1996).

4. CONCLUSÃO

O património parece assumir para os visitantes dois significados principais. Por um lado, a reconstituição histórica de modos de vida passados sob um cenário de monumentalidade; por outro lado, ainda que com percentagem mais baixa, o património funciona como o repositório das tradições de um povo, que é preciso aprender a reconhecer e a preservar como um elemento da identidade nacional.

Os movimentos de cidadania actuais privilegiam a preservação do património em áreas

protegidas. As áreas protegidas não são bens económicos tradicionais, porque não existem mercados que nos dêem a conhecer directamente a disposição dos indivíduos para pagarem o seu consumo e, conseqüentemente poder-se medir os benefícios económicos que se podem gerar com esta actividade. Assim, a actividade sofre de um problema de bem-público ou externalidade: os benefícios privados durante o período de formação e desenvolvimento podem não cobrir os custos privados, enquanto os benefícios públicos, para a sociedade em geral, poderão ser enormes.

Na acepção de Torkildsen (Torkildsen, 1994) recreação são actividades e experiências habitualmente feitas num período de lazer ou tempo livre e escolhidas voluntariamente para satisfação, por agrado, ou para enriquecimento criativo. Ainda, segundo o mesmo autor, a recreação deve ser entendida como um processo participativo. Nesta perspectiva, existem aspectos da recreação relacionados com actividade desportiva e também existem outros aspectos de recreação com natureza menos violenta como, por exemplo, grupos de observação de património ou paisagem.

Na perspectiva dum hábito cultural intimamente ligado à aquisição de valores, sobretudo durante o período de escolaridade, o consumo de património vive do público que participa na reconstituição de quadros de vida e pensamento, visitantes habilitados a compreender o comportamento das pessoas do passado. Da discussão havida entendemos que podemos concluir que o consumo de património tem público potencial, constituído por consumidores imbuídos de valores de cultura e possuidores de hábitos adquiridos sobretudo durante o período de escolaridade.

Na gestão dos SARAL, o dilema de interesses entre desenvolvimento económico e preservação estará sempre presente. Um autor sintetiza este dilema quando questiona se os visitantes são “uma praga de gafanhotos ou uma bênção dos céus?”

Na Europa, onde estratégias mais orientadas para a criação e a satisfação de um mercado de turismo cultural procura já há algum tempo rentabilizar a vários níveis a atracção que este locais e recursos exercem sobre o grande público, não existem muitos SARAL que beneficiem duma gestão estratégica e coordenada, sendo que todos sofrem, de diferentes formas, os efeitos resultantes da pressão causada pelos visitantes.

O conceito de capacidade de sustentação tem vindo a ser aplicado à gestão de visitantes. No fundo, trata-se de estimar o número máximo de visitantes admitidos durante um

certo período de tempo num dado sítio de valor patrimonial.

Será importante distinguir entre capacidade de sustentação mínima, máxima e óptima. A capacidade mínima significa que o sítio necessita de um número mínimo de visitantes para que possa permanecer em funcionamento. Contrariamente, haverá um limite, um número máximo de visitantes que o sítio poderá receber cumprindo regras básicas de segurança e higiene. Para tanto, a capacidade óptima estará situada dentro destes dois limites, estabelecida por um processo que envolve alguma forma de avaliação, por vezes de carácter subjectivo. A capacidade óptima parece ser o compromisso que prevenirá que a presença de grandes multidões ameace a notabilidade do sítio, mantendo também uma qualidade de experiência de visita satisfatória.

Vários especialistas em arte rupestre e na sua gestão acreditam que o sistema implementado no Vale do Côa concilia com sucesso os dois objectivos fundamentais de preservação e acesso público.

REFERÊNCIAS

- BEHRMANN, B. R. et al. (1995). Siega Verde. Un art rupestre paléolithique à l'air libre dans la vallée du Douro. **Dossiers d'Archéologie**. Dijon. (Déc. 1995/Jan. 1996), 209, p. 98-105).
- BRICKER Sr. et al (1999). A Native American's Thoughts on Preservation and Conservation of Rock Art. *In* Dean, C. (ed.). **Rock Art Preservation and Conservation Symposium** (1994: Flagstaff, Ariz.). **Images Past, Images Present: the Conservation and Preservation of Rock Art. Proceedings from the Rock Art Preservation and Conservation Symposium, International Rock Art Congress, Flagstaff, Arizona, 1994**. Tucson: American Rock Art Research Association.
- BRUNET, J. et al (1993). Elimination de surcharges des tracés préhistoriques: quelques exemples de la grotte du Cro de Granville à Rouffignac (France). **In ICOM Committee for Conservation Triennial Meeting. 10th Triennial Meeting, Washington, D. C., USA, 22-27 August 1993. Preprints**. Paris, ICOM Committee for Conservation, p. 837-841.
- BURTON, R. (1974). **The recreational carrying capacity of the countryside: a research project presenting the methodology and results of ecological and psychological surveys of Cannock Chase, Staffordshire**. Keele: University.
- CONWAY, T. (1979). **Rock art and conservation in Northeastern Ontario**. British Columbia Provincial Museum Heritage Record, No. 8, p. 127-145.
- DANDRIDGE, D. e KANE, A. (1999). Vogel Canyon: A Case History of Federal Agency Rock Art Resource Management. *In* Dean, C. (ed.). **Rock Art Preservation and Conservation Symposium** (1994: Flagstaff, Ariz.). **Images Past, Images Present: the Conservation and Preservation of Rock Art. Proceedings from the Rock Art Preservation and Conservation Symposium, International Rock Art Congress, Flagstaff, Arizona, 1994**. Tucson: American Rock Art Research Association, p. 27-32.

- DANGAS, I. et al (1993). Interventions: nettoyage des parois, tests de consolidation au Salon Noir de la grotte préhistorique de Niaux (France). **In ICOM Committee for Conservation Triennial Meeting. 10th Triennial Meeting**, Washington, D. C., USA, 22-27 August 1993 Preprints. Paris: ICOM Committee for Conservation, p. 842-847.
- DRAGOVICH, D. (1986). **A plague of locusts, or manna from heaven? Tourists and conservation of cave art in southern France.** *Rock Art Research*. Melbourne. 3:2, p. 141-144.
- DRAGOVICH, D. (1995). Site management and the visitor book, Mootwingee. *In* Ward, G. e Ward, L. (eds.). *Management of Rock Imagery Occasional AURA Publication No. 9*. Melbourne: Australian Rock Art Research Association, p. 103-106.
- FERNANDES, A. P. B (2003). **O Sistema de Visita e a Preservação da Arte Rupestre em Dois Sítios de Ar Livre do Nordeste Português: o Vale do Côa e Mazouco.** *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa.
- FIGUEIREDO, E. e MARTINS, F. (2001). **A participação da população no PAVC.** *Revista Crítica de Ciências Sociais* 59:145-172.
- FISHER, A. e KRUTILLA, J. (1972). **Determination of optimal capacity of resource-based recreation facilities.** *Natural Resources Journal*. Albuquerque Vol. 12, p. 417-444.
- GALE, F. e JACOBS, J. (1986). **Identifying high-risk visitors at aboriginal art sites in Australia.** *Rock Art Research*. Melbourne. Vol. 3 (1), p. 3-12.
- GONÇALVES, M. E. (2001). **“Da Pré-História à História do Caso de Foz Côa: Arqueologia, Política e Participação”** *In*: Gonçalves, M. E. (ed.). *O Caso de Foz Côa: Um Laboratório de Análise Sociopolítica*. Lisboa: Edições 70.
- GRISWOLD, J. (1999). **Camouflaging Graffiti: The Problem of Outdoor Inpainting.** *In* Dean, C. (ed.). *Rock Art Preservation and Conservation Symposium (1994: Flagstaff, Ariz.)*. Images Past, Images Present: the Conservation and Preservation of Rock Art. Proceedings from the Roc Art Preservation and Conservation Symposium, International Rock Art Congress, Flagstaff, Arizona, 1994. Tucson. American Rock Art Research Association, p. 41-6.
- HACHID, M. (1987). **In situ archaeological heritage in Algeria: Challenges and resources.** *In* Hodges, H. (ed.). *In situ archaeological conservation: proceedings of meetings April 6-13, 1986, Mexico*. Getty Conservation Institute: Los Angeles, p.24-31.
- HYGEN, A. (1996). **Conservation, intervention or destruction of rock art? Some Scandinavian experiences.** *Rock Art Research*. Melbourne, 13:1, p. 49-52.
- JACOBS, J. e GALE, F. (1994). **Tourism and the Protection of Aboriginal Cultural Sites.** Canberra: Australian Government Publishing Services.
- KESSEY, J. (1995). **Indigenous Control of rock imagery in Tanzania.** *In* Ward, G. e Ward, L. (eds.). *Proceedings of Symposium H – Management of Rock Imagery, Second International Congress of the Australian Rock Art Research Association, Cairns 1992*. Occasional AURA Publication No. 9. Melbourne Australian Rock Art Research Association.
- LAMBERT, D. (1989). **Conserving Australian Rock Art: A Manual for Site Managers.** Canberra: Aboriginal Studies Press.
- LIM, I. (1999). **Rock Art as a Cultural Heritage Resource: Strategies for Administration.** *In* Dean, C. (ed.). *Rock Art Preservation and Conservation Symposium (1994: Flagstaff,*

- Ariz.). *Images Past, Images Present: the Conservation and Preservation of Rock Art. Proceedings from the Roc Art Preservation and Conservation Symposium, International Rock Art Congress. Flagstaff, Arizona, 1994.* Tucson: American Rock Art Research Association, p. 11-20.
- LIMA, A. V. e REIS M. (2001). **“O Culto Moderno dos Monumentos. Os Públicos do PAVC”**. In: Gonçalves, M. E. (ed.). **O Caso de Foz Côa: Um Laboratório de Análise Sociopolítica**. Lisboa: Edição 70.
- LOUBSER, J. (1995). **A tale of two shelters: contrasting site management in South Africa and Lesotho.** In Ward, G. e Ward, L. (eds.). *Proceedings of Symposium H – Management of Rock Imagery, Second International Congress of the Australian Rock Art Research Association, Cairns 1992.* Occasional AURA Publication No. 9. Melbourne: Australian Rock Art Research Association, p. 22-5.
- MENDES, M. I. D. (1996). **O Valor de Recreio das Áreas Protegidas – uma Aplicação ao Caso do Parque Nacional da Peneda-Gerês (Tese de Doutoramento).** Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa - ISEG: Instituto Superior de Economia e Gestão.
- OVINGTON, J. D. et al (1974). **Changing Scenic Values and Tourist Carrying Capacity of National Parks: An Australian example.** *Landscape Planning.* Amsterdam. Vol. 1, p. 35-50.
- PAIS, J. M. (1999), **Consciência histórica e identidade – os jovens portugueses num contexto europeu,** Celta Editora, Oeiras, Portugal.
- PAIS, C., FERNANDES, A. J. e COSTA, C. M. (2002a). **“Público de Património Mundial (Cultural) em Portugal: Visitantes do PAVC”**. 6.º Encontro Nacional de Turismo com Base Local, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Brasil, Outubro.
- PAIS, C., FERNANDES, A. J. e COSTA, C. M. (2002b). **“Público de Património no âmbito do mercado do recreio e lazer em Portugal: visitantes do PAVC”**. Actas do IV Congresso de Turismo Cultural, Lusofonia e Desenvolvimento, Maputo, Moçambique, Centro de Estudos de Turismo e Cultura, (Instituto Politécnico de Tomar), Outubro.
- SALEEM, N., (1994). **The destination capacity index: a measure to determine the tourism carrying capacity.** In Seaton, A. V. (ed.). *Tourism: the state of the art.* Chichester, New York: John Wiley & Sons, p. 144-151.
- SHELBY, B. e HEBERLEIN, T. (1986). **Carrying Capacity in recreation settings.** Corvallis: Oregon State University Press.
- STANLEY-PRICE, N. (1996). **Report to the Côa Valley Archaeological Park.** Relatório preparado para o Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.
- STANLEY-PRICE, N. (2000). **Conservation and management of prehistoric sites rock art sites on the World Heritage List.** A report on the Côa Valley Symposium, 1999. *Conservation and Management of Archaeological Sites.* London 4:1, p. 7-58.
- STRECKER, M. e TABOADA, F. (1999). **Rock art protection in Bolivia.** *Rock Art Research.* Melbourne. 16:1, p. 36-41.
- SULLIVAN, H. (1995). **Visitor management at painting sites in Kakadu National Park.** In Ward, G. e Ward, L. (eds.). *Management of Rock Imagery.* Occasional AURA Publication No. 9, p. 82-5.
- THORN, A. (1991). **The removal of recent overpaint from the image of Bunjil.** In

Pearson, C. e Swartz Jr, B. K. (eds.). Rock art and posterity. Conserving, managing and recording rock art. Occasional AURA Publication No. 4. Australian Rock Art Research Association. Melbourne, p. 71-9.

TIVY, J. (1972). **The concept and determination of carrying capacity of recreational land in the USA: a review of relevant literature up to the end of September, 1971**, Perth: Countryside Commission for Scotland.

TORKILDSEN, G. (1994), **Leisure management A-Z: a dictionary of terms**, Longman, Harlow, UK.

TYAGI, G. (1991). **Conservation of Indian rock art**. In Pearson, C. e Swartz Jr, B. K. (eds.). Rock art and posterity. Conserving, managing and recording rock art. Occasional AURA Publication No. 4. Australian Rock Art Research Association. Melbourne, p. 28-9.

ZILHÃO, J. (1998). **The rock art of the Côa valley, Portugal. Significance, conservation and management**. Conservation and Management of Archaeological Sites. London. Vol. 2, p. 193-206.

ZILHÃO, J. (2001). **Despacho nº 19/GAB.DIR/2001**. Regulamento de visitas ao Parque Arqueológico do Vale do Côa. Lisboa. IPA.